

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA Assembléia Legislativa	
19 ABR 2007	
Protocolo	010/07
Processo	010107

Recebido e Autuado, inclui-se na Pauta
Em 19 de 04 de 07
1º Secretário



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

Autoriza a Mesa Diretora a instituir e disciplinar a concessão de verba indenizatória e auxílios aos deputados, para cobrir despesas no exercício do mandato parlamentar, de acordo com Atos da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO RESOLVE:

Art. 1º. Fica a Mesa Diretora autorizada a instituir e disciplinar a concessão de:

I – verba indenizatória para ressarcimento de despesas pertinentes ao exercício do mandato parlamentar;

II – cota mensal para aquisição de passagens aérea e terrestre;

III – auxílio-moradia para cobrir despesas com locação de imóvel residencial;

IV – cota postal-telefônica mensal;

V – auxílio-alimentação no restaurante da Assembléia Legislativa;

VI – auxílio-transporte;

Parágrafo único. A verba indenizatória prevista no *caput* não poderá exceder ao percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do montante previsto para os Deputados Federais, consoante ao estabelecido em Ato da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Art. 2º. O Parlamentar titular do mandato perderá o direito aos benefícios previstos nesta Resolução quando:

I – investido em cargo previsto no inciso I do artigo 35 da Constituição do Estado, ainda que tenha optado pela remuneração do mandato;

II – licenciado para tratar de interesse particular;

III – o respectivo suplente encontrar-se no exercício do mandato.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Resolução serão viabilizadas mediante remanejamento de recursos do orçamento da Assembléia Legislativa, de forma a não implicar em aumento da despesa prevista para o corrente exercício financeiro.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Nº _____



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

Art. 4º. A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa baixará resoluções instituindo e disciplinando a concessão dos benefícios de que trata esta Resolução.

Art. 5º. Ficam revogadas as Resoluções nº. 109, de 16 de dezembro de 2005, nº. 113, de 16 de dezembro de 2005, nº. 118, de 23 de março de 2006, nº. 136, de 08 de fevereiro de 2007, e nº. 138, de 08 de fevereiro de 2007.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 18 de abril de 2007.


Deputado Neodi Carlos
Presidente


Deputado Alex Testoni
1º Vice-Presidente


Deputado Miguel Sena
2º Vice-Presidente


Deputado Jesualdo Pires
1º Secretário


Deputado Chico Paraíba
2º Secretário


Deputado Ezequiel Neiva
3º Secretário


Deputado Maurinho Silva
4º Secretário

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

Nº _____



PROJETO DE RESOLUÇÃO

AUTOR MESA DIRETORA

JUSTIFICATIVA

Submetemos à apreciação e deliberação dos nobres Pares desta Casa Legislativa o projeto de resolução que “Autoriza a Mesa Diretora a instituir verba indenizatória e auxílios aos deputados, para cobrir despesas no exercício do mandato parlamentar, de acordo com Atos da Câmara dos Deputados, e dá outras providências”.

A proposição tem por objetivo conferir autorização à Mesa Diretora para instituir e disciplinar a utilização da verba indenizatória e outros auxílios que já são pagos aos Membros deste Parlamento, nos moldes da Câmara dos Deputados, destacando-se que a verba indenizatória fica limitada ao percentual de 75% (setenta e cinco por cento) do montante previsto para os Deputados Federais, consoante ao estabelecido em Atos da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

Deve ser ressaltado que as medidas a serem implementadas pela Mesa Diretora não implica em aumento de despesas para o Poder Legislativo Estadual, vez que o artigo 3º do projeto em questão impõe que as despesas decorrentes da aplicação do disposto na resolução serão viabilizadas mediante remanejamento de recursos do orçamento da Assembleia Legislativa, de forma a não implicar em aumento da despesa prevista para o corrente exercício financeiro.

Por outro lado, esclarecemos que os benefícios previstos são destinados exclusivamente para cobrir despesas pertinentes ao exercício do mandato parlamentar, que se constitui em uma necessidade que se apresenta nos parlamentos estaduais, como também na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Esses são os motivos e a justificativa que leva a Mesa Diretora a propor o incluso projeto de resolução, para o qual contamos que o apoio dos nobres Pares na sua aprovação.